

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Armando de Jesus do Nascimento Júnior

LAMPIÃO 2.0:
O espaço de gays negros dentro das
instituições de ensino superior

Juiz de Fora
Dezembro de 2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Jesus do Nascimento Júnior, Armando.

Lampião 2.0 : O espaço de gays negros dentro das instituições de ensino superior / Armando de Jesus do Nascimento Júnior. -- 2018.

75 f. : il.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2018.

1. Jornalismo. 2. Comunicação Pública. 3. Hipermídia. 4. Resistência. 5. Negritude Gay. I. Maria da Silva Coutinho, Iluska, orient. II. Título.

Armando de Jesus do Nascimento Júnior

LAMPIÃO 2.0:

O espaço de gays negros dentro das
instituições de ensino superior

Memorial descritivo apresentado ao curso de
Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da
Universidade Federal de Juiz de Fora, como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iluska Maria da Silva
Coutinho.

Juiz de Fora
Dezembro de 2018

Armando de Jesus do Nascimento Júnior

LAMPIÃO 2.0:

O espaço de gays negros dentro das
instituições de ensino superior

Memorial descritivo apresentado ao curso de
Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da
Universidade Federal de Juiz de Fora, como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel.

Aprovado (a) pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dr^a. Iluska Maria da Silva Coutinho - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jorge Carlos Felz Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Me. Wendell Guiducci de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Conceito obtido: _____.

Juiz de Fora, 03 de Dezembro de 2018

Experimenta nascer preto e pobre na comunidade/
Você vai ver como são diferentes as oportunidades /
E nem venha me dizer que isso é vitimismo /
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu
ra-cis-mo! /
Existe muita coisa que não te disseram na escola! /
Cota não é esmola!
(BIA FERREIRA, 2018)

AGRADECIMENTOS

Serei eternamente grato a minha mãe, Aparecida, e a minha irmã, Amanda, pelo amor incondicional e pelos esforços que possibilitaram meus estudos. Obrigado Kayan e Enzo, sobrinhos que tanto amo; suas inquietudes em momentos de estudo me mostraram que nenhum livro é capaz de ensinar o que é afeto.

Obrigado Ednailton por bagunçar minha vida, e meu coração.

Aos amigos, em especial Júlia, Marina, Luis, Cris, Anna, Gabriel, Mateus e Nayara, o meu agradecimento pelos anos mais intensos e gratificantes da minha vida. A Leandro, amigo e parceiro: obrigado pela inspiração e resistência, bicha. Esse trabalho só se tornou possível graças a você.

A Flávio, por ter me ensinado o que é empatia. A minha orientadora, Iluska, pelo carinho e acolhimento. Sem o seu incentivo e atenção nada disso seria possível. A minha banca, por aceitar fazer parte dessa etapa tão importante.

A todos os professores e as professoras que, durante minha caminhada, me ensinaram o poder de transformação de uma educação livre e sem preconceitos.

À todas as bichas pretas...
Que nossa resistência se transforme em existência!
Ele Não!
Ele Nunca!

RESUMO

Este trabalho é um relatório do processo de produção da reportagem “Encruzilhada: o espaço de gays negros em instituições de ensino superior”, parte principal do projeto Lâmpião 2.0, desenvolvido no âmbito do NJA, o Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq-UFJF). A partir dos preceitos da comunicação pública, eixo central de pesquisa do núcleo, propõe-se evidenciar uma realidade ainda pouco explorada nos veículos de comunicação tradicionais e, sobretudo, desconstruir os discursos empenhados por esses veículos, muitas vezes envoltos por uma série de estereótipos. A reportagem é uma reflexão sobre a posição do gay e do negro na sociedade brasileira e suas implicações no acesso, permanência e formação na Universidade Federal de Juiz de Fora. A coleta de dados e as entrevistas obtidas possibilitaram a construção de uma narrativa hipermídia. Ou seja, por meio de diversos recursos como áudio, vídeo, foto e texto, buscamos evidenciar os desafios diários dessa comunidade na UFJF, por meio da sua ocupação, representação e transformação enquanto lugar de luta e resistência.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Jornalismo, Hipermídia, Resistência, Negritude Gay.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa e contracapa da primeira edição d'O Lampion da Esquina.	22
Figura 2: Capa da revista Periscópio e capa da reportagem.	25
Figura 3: Capa e contracapa da revista O Lacre, N°1, 2017.	26
Figura 4: Capa da página do Lampion 2.0.	33
Figura 5: Trecho da reportagem "Encruzilhada"	34
Figura 6: Composição de uma nova logo para o Lampion 2.0.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cronograma de execução.....	30
Tabela 2: Grupo de indivíduos participantes da pesquisa	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O GENOCÍDIO NEGRO: ENTRE VIOLÊNCIAS E OPORTUNIDADES	13
2.1. ESTEREÓTIPOS E NEGAÇÃO.....	14
3. O EXTERMÍNIO E IDENTIDADE	17
3.1. ENCRUZILHADA: INTERSECCIONALIDADES	20
4. LAMPIÃO DA ESQUINA: INSPIRAÇÃO	22
5. LAMPIÃO 2.0: REALIZAÇÃO	25
5.1. COMUNICAÇÃO PÚBLICA: PLURALIDADE PARA OCUPAR, DIVERSIDADE PARA RESISTIR	27
5.2. PROJETO E DESENVOLVIMENTO.....	29
5.2.1. PROSPECÇÃO DO MATERIAL: ENTRE ERROS E ACERTOS	32
5.2.2. EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO.....	33
6. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE A - PAUTA DAS ENTREVISTAS	41
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA DISCENTES	42
APÊNDICE C - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA DOCENTES	43
APÊNDICE D - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA TÉCNICOS E TERCEIRIZADOS	44
APÊNDICE E – CÓPIA DA REPORTAGEM	45

MARIELLE FRANCO...

1. INTRODUÇÃO

Desde seu descobrimento, notadamente o Brasil convive com a perseguição a grupos socialmente vulneráveis. Do século XVI aos dias de hoje, dos colonizadores aos governos atuais, é notório o abismo entre as populações. Se lá atrás existia uma desigualdade entre os europeus e os índios, passando aos senhores de engenho e os escravos, hoje tal dessemelhança atinge outro nível. De um lado, um grupo privilegiado, notadamente formado por brancos e ricos e, de outro, comunidades marginalizadas compostas por negros e pobres.

A cisão entre brancos e negros no Brasil está calcada em mais de três séculos de escravidão e, mesmo com a abolição, há [apenas] 130 anos, esse afastamento repercute nas condições sociais sob as quais as duas parcelas da população estão emergidas atualmente. Negros correspondem à principal fração de vítimas de crimes violentos no país e convivem com a sombra de um passado perverso ao não poderem acessar diversos espaços, majoritariamente ocupados por brancos. A casa grande deixou de ser física e passou a ser simbólica, pois atua, ainda hoje, no imaginário popular, perpetuando um histórico de segregação e preconceito.

Se de um lado a negritude é colocada à margem da sociedade, de outro temos um grupo subjugado pelas questões de gênero e sexualidade. LGBTs são um dos principais alvos de crimes de ódio no Brasil. Isso, portanto, justifica o fato de que o país é o que mais mata membros dessa comunidade no mundo. Somente em 2017, por exemplo, 445 lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis¹ (além de outros membros que não se identificam dentro dessas caixinhas) foram mortos simplesmente por não se enquadrarem no padrão cis-heteronormativo presente na sociedade brasileira.

Além de conviver com o risco iminente de violência na fase adulta, LGBTs tem de lidar com os preconceitos ainda na infância e adolescência, muitas vezes reproduzidos pela própria família. As séries de violações persistem no ambiente escolar e produz números de evasão que chegam aos 80% entre a população trans².

Nesse sentido, indivíduos que carregam essas duas identidades sociais estão mais

¹ Levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), organização não-governamental que realiza o mapeamento das mortes por LGBTfobia no Brasil. O GGB faz esse levantamento através de notícias em veículos de comunicação e denúncias.

² Estudo realizado pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, e pelo Conselho Municipal de LGBT, de Cuiabá, em 2016.

expostos à agressões. Portanto, pensar nessas perspectivas, não só da violência, mas também em relação ao mercado de trabalho, passando pelo acesso e permanência de negros [e] LGBTs no ensino superior, bem como no histórico de apagamento dessas populações, torna esse trabalho um desafio de evidenciar a negritude gay e revelar parte da realidade diária de luta e resistência dessa comunidade.

A grande justificativa para a produção deste trabalho é a constatação da ausência de dados que quantifiquem o número de pessoas negras e LGBTs que trabalham ou estudam na Universidade Federal de Juiz de Fora. Apesar de existirem dados aproximados em relação ao número de alunos negros em nível nacional - o que não reflete a realidade uma vez que nem todos os alunos pretos ou pardos entram pelo sistema de cotas ou se autodeclaram negros - não existe nenhum dado referente à comunidade LGBT dentro da universidade.

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso é parte também de um esforço na tentativa de desvelar as representações estereotipadas e preconceituosas dadas/atribuídas a essas pessoas na mídia tradicional, prioritariamente comercial. É pensando nessa sub-representação que emergiu a necessidade de falar sobre essa temática. À luz do que propõe a comunicação pública, este trabalho se coloca como uma alternativa à prática dos conglomerados comerciais ao explorar o potencial de promover uma comunicação que incentive a cidadania e promova a democratização da informação. Longe dos interesses mercadológicos, tal comunicação deve prezar pela representação diversa da população, tal como ela é. Nesse sentido, busca-se uma produção de conteúdo diverso e que estimule uma reflexão acerca do tema por meio de uma pluralidade de vozes e da diversificação e inovação de formatos.

...PRESENTE!

MATHEUSA PASSARELI...

2. O GENOCÍDIO NEGRO: ENTRE VIOLÊNCIAS E OPORTUNIDADES

De acordo com o “Atlas da Violência”, de 2017, a população negra é a principal vítima de mortes violentas no Brasil. A cada 100 homicídios registrados no país, 71 são de pessoas negras. O levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que negros e negras possuem 23,5% mais chances de serem mortos do que indivíduos de outras raças.

Apesar de compor mais da metade da população brasileira (cerca de 54%)³, os negros ainda ocupam papel secundário na sociedade. Do mercado de trabalho aos cargos públicos, pretos e pardos, pela denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são sub-representados nos espaços públicos e privados.

Ao analisarmos o perfil das maiores empresas do Brasil⁴, constatamos que negros ocupam apenas 4,7% dos cargos de poder dentro das corporações. Esse cenário pouco muda quando analisamos o espaço ocupado por negros no setor público federal. Levantamento do Ipea⁵, de 2012, mostrou que a parcela de vagas ocupadas por essa população não ultrapassou 16,6% em alguns postos, enquanto brancos chegam a ocupar 94% dos cargos em determinados setores avaliados.

A presença de negros no mercado de trabalho, bem como a ocupação de vagas no setor público, deve ser compreendida a partir da raiz do problema. Nesse sentido, não se pode prosseguir nessa discussão sem antes admitir que “parte” dessa disparidade entre brancos e negros está relacionada ao acesso desigual à formação educacional dessas populações.

De acordo com o IBGE (PNAD-C, de 2016), o índice de analfabetismo entre a população negra é mais que o dobro em relação ao índice registrado entre os brancos (9,9% e 4,2%, respectivamente).

Quando deslocamos essa análise para a presença negra em cursos de nível superior, entramos em outro revés. Dados do mesmo instituto, de 2004, mostravam que 16,7% de estudantes pretos e pardos, entre 18 e 24 anos, estavam nas universidades. Nesse ano, o

³ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 (PNAD-C), divulgadas pelo IBGE em novembro de 2017.

⁴ Levantamento “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas” organizado pelo Instituto Ethos em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, divulgado em maio de 2016, disponível em https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr

⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2012.

percentual de estudantes brancos que estavam na faculdade era de 47,2%. Em 2014, o estudo revelou que enquanto 71,4% dos jovens brancos cursavam o ensino superior, somente 45,5% de negros tinham a mesma oportunidade. Ou seja, o percentual de pretos e pardos nas universidades não ultrapassou o patamar de brancos há dez anos.

Considerando o total da população, outro estudo do IBGE⁶, de 2015, indica que desde 2005, ano de implementação das ações afirmativas, como o sistema de cotas, o percentual de negros que conseguiram chegar ao ensino superior mais que dobrou. Em dez anos, o número de pretos e pardos, com idade entre 18 e 24 anos, passou de 5,5% para 12,8%. No entanto, apesar desse crescimento, o número corresponde a menos da metade dos jovens brancos com a mesma oportunidade, 26,5%.

2.1. Estereótipos e negação

O espaço ocupado por negros na sociedade brasileira está aquém daqueles apropriados por brancos; e isso vai além das vagas no ensino superior público. Se reflete, sobretudo, nas representações dessa comunidade nos veículos de comunicação. Considerando o poder que as tecnologias da informação têm sobre nossa vida cotidiana, poderío encarnado sobretudo pela televisão, é primordial trazer essa discussão também para a questão da representação. Para isso, retomamos um livro de Muniz Sodré, publicado em 1999. Em “Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil”, Sodré trabalha a identidade cultural brasileira como uma das principais questões para sermos quem somos e, nesse sentido, o autor analisa a banalização da identidade nacional sistematicamente desconsiderada e, muitas vezes, até negada pelos agentes midiáticos e pelo mercado. O livro de Sodré é dividido em três partes: o campo identitário, o campo da singularidade e a diferença e a mídia. É essa última parte que traz a questão da identidade trabalhada pela mídia e sobre a qual pretendemos dedicar mais atenção a seguir.

De acordo com Sodré (1999) o discurso construído pela grande mídia desenvolve papel central na produção e reprodução do preconceito e do racismo. Para o autor, as empresas de comunicação, política e institucionalmente, corroboram com o pensamento comum de uma elite, sobretudo branca, em detrimento de uma representação baseada na

⁶ Volume da Síntese de indicadores sociais divulgada em 2016 pelo IBGE. Consta de uma análise das condições de vida da população brasileira nesse ano, com indicadores que sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do país, a partir de temas de relevância como demografia, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílios.

“desigualdade social pela cor da pele”. Existe, portanto, um “racismo midiático”.

Sodré caracteriza esse racismo em alguns aspectos que se corroboram e contribuem para a manutenção desse paradigma. Tudo começa com a **negação**, ou seja, quando a mídia nega ou ignora a existência do racismo, a não ser que este apareça como objeto noticioso. Assim como a negação, a indústria cultural, principalmente o jornalismo, reprime ou deixa de mostrar “aspectos identitários positivos das manifestações de origem negra”; o que Sodré chama de **recalcamento**. Para explicar a **estigmatização**, o autor resgata o conceito de Goffman sobre estigma. Existe a identidade social virtual e a identidade social real. A primeira está relacionada ao que se atribui ao outro e, a segunda, ao que é atribuído ao outro a partir de traços efetivamente existentes. A passagem do virtual para o real faz surgir o estigma, ou seja, o motivo da discriminação, da desqualificação do outro. Sodré então destaca que num país majoritariamente dominado por brancos, “a pele escura tende a tornar-se um estigma”. Essa indústria constrói, portanto, uma identidade virtual dos negros e um senso comum de preconceito e rejeição.

O último estágio, e talvez o mais perverso deles, trata da **indiferença profissional**, que é quando as empresas de comunicação, assim como outros tipos de comércio, tem um interesse pelo lucro, preocupando-se pouco com questões que envolvam “discriminação de negros ou de minorias”. Ao responder ao capital, os profissionais “acabam dessensibilizando-se com problemas dessa ordem”. Sodré ainda destaca que

é reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública (SODRÉ, 1999, p. 246).

Essa disparidade foi constatada em pesquisa realizada pelo Coletivo Vai da Pé, em 2017. A organização de mídia independente levantou 204 programas das sete principais emissoras de televisão abertas do Brasil. O objetivo era verificar a divisão racial entre os apresentadores. Analisando os programas transmitidos entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017, o coletivo identificou uma grande discrepância entre brancos e negros na TV. Dos 272 apresentadores que compunham a grade de programação, apenas 10 eram negros, ou seja, somente 3,7%. Se a programação fosse composta apenas por programas com apresentação, em 24 horas negros ficariam no ar por apenas 6 minutos.

Historicamente a televisão brasileira reservou aos negros papéis de subalternidade na sua programação. Em seu principal produto, as telenovelas, os negros são comumente

empregados em personagens subordinados ou estereotipados. Em 2004, a novela “Da Cor do Pecado” trazia a personagem principal Preta, vivida pela atriz Taís Araújo. O nome do folhetim fazia uma referência nítida à luxúria e ao proibido, imagens frequentemente impostas aos negros. Como indica Sodré (2001), existe no Brasil um “racismo midiático” perpetrado pelas empresas de comunicação que, a nível cultural, propagam modelos e isso ocorre a partir da visão de um grupo dominante. O efeito disso é uma representação embebida de estereótipos e que acaba por ignorar toda diversidade cultural presente no país. "Os negros são representados de maneira estereotipada como se isto fosse uma verdade dada a priori e aceita pela sociedade como justificativa para admitir que a inferioridade dos negros parece ser incontestável" (PEREIRA, 2001, p. 49).

Isso aponta, portanto, para um cerceamento da identidade negra no principal veículo de comunicação do país e não se limita apenas aos programas. Se reproduz nas séries, filmes e novelas.

Assim sendo, ao deixarem de pautar ou ao representar de maneira estereotipada e não consonante com a realidade da imensa população de negros e negras, por exemplo, os meios de comunicação podem contribuir para que essa parcela não se identifique enquanto cidadãos e cidadãs, resultando no racismo introjetado, no preconceito e, por consequente, na violência. Conforme apontado por Barbosa Chaves.

Os meios de mídia não dando visibilidade à verdadeira composição racial brasileira acabam por compactuar severamente com a tendência que ainda percebe-se em uma parcela de negros, que buscam uma identificação com a parcela de brancos, que se dá pela identidade de branquitude, praticando assim, uma grande negação da diversidade racial brasileira (BARBOSA CHAVES, 2008 P.18).

É nesse contexto conturbado de representação e identificação que surge a necessidade de construir mecanismos que fogem de uma lógica comum nos veículos tradicionais de comunicação. A fim de ser uma alternativa à prática utilizada pela grande mídia, este trabalho tem como objetivo desvelar a difícil realidade vivida por duas parcelas importantes da população que tem seus direitos caçados a cada esquina.

...PRESENTE!

DANDARA DOS SANTOS...
3. O EXTERMÍNIO E IDENTIDADE

Quando desviamos o olhar da questão negra para a questão gay entramos em outro debate. As negritudes são muitas, assim como são muitas as homossexualidades. A identidade, como propõe Hall (2001), por exemplo, sofreu transformações desde a Antiguidade e, com a modernidade, deixou de ser estável e passou a sofrer diversas fragmentações, sendo composta agora por diversas identidades, como

parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2001, p.7).

Se com a Pós-Modernidade as velhas identidades entraram em colapso, como propõe Hall, com o desenvolvimento sócio-político-cultural, os sujeitos não estão mais ‘íntegros’ em si mesmo. Hall trabalha um contexto histórico a fim de traçar uma motivação para “a fragmentação das identidades”. Para isso, o autor considera três sujeitos e sua disposição no tempo/espaço: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

Se lá atrás, no iluminismo, o ser humano era centrado e unificado, dono da razão e possuente de uma identidade única e estável, o sujeito sociológico passou a refletir sobre o mundo e suas complexidades. Se antes o sujeito do iluminismo encarava sua identidade como fruto do seu nascimento e a levava durante sua existência, agora passou a considerá-la não como algo isolado do mundo exterior. Era, sim, fruto de uma interação social entre o “eu real” e o externo; a identidade sendo costurada às estruturas sociais. A partir do momento que ocorre uma transformação nessas estruturas, transforma-se também os sujeitos. A pós-modernidade trouxe ao indivíduo uma identidade (re)construída e mutável. O sujeito é compreendido como um ser capaz de assumir diferentes identidades em diferentes momentos e situações.

Ao trabalhar esses conceitos, Hall intenta analisar a existência de uma “crise de identidade” que passa a transformar as sociedades contemporâneas. Compreender os sujeitos e suas inúmeras potencialidades é também parte deste Trabalho de Conclusão de Curso. Os conceitos trabalhados por Hall trazem à tona as capacidades de inserção social dos indivíduos através de algo tão particular e definitivo para os sujeitos, como a identidade e suas

fragmentações, levando-se em conta questões de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade.

Sobre essa mutabilidade do indivíduo e sua identidade, Martino (2010) diz que existe uma dicotomia entre o “igual *versus* o diferente”, onde o que é diferente comumente é assumido com uma conotação negativa. Nesse sentido, a identidade, ou o conjunto de identidades, é construída a partir dos papéis experimentados pelos sujeitos e sofrem mudanças de acordo com as ressignificações desses papéis, uma vez que

(...) os discursos de identidade, em geral, também são discursos de diferença, estabelecendo dentro de seus critérios o que é igual e o que é estranho. Essa definição, aparentemente simples, pode ter consequências graves quando levada a extremos, momentos em que a definição da diferença dá lugar à classificação do diferente como negativo (MARTINO, 2010, p.37).

Se a identidade é um constructo social, e apresenta-se em constante transformação, é necessário crer também na existencialidade de uma identidade coletiva que acaba permeando (e sendo permeada) pela individual, pois

do ponto de vista da identidade individual, cada pessoa possui um nome, uma profissão, pode ter uma crença religiosa e, ainda, pertencer a determinado grupo social, que a liga às demais por determinada afinidade. Assim, observa-se uma relação entre o que pode se chamar de identidade individual e o conceito de identidade coletiva, a qual pressupõe a consciência de pertencimento a um grupo (MORAES E SOARES, 2012, p. 37)

Se a identidade é uma construção social, a masculinidade talvez seja o principal molde pelo qual os indivíduos expressam a identidade, seja performando-a ou sendo alvo dessa performance. É na perspectiva de transformação e interação dos indivíduos que se desenvolve os conceitos trabalhados por Robert Connell. Em “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” o autor traz à tona o conceito de masculinidade hegemônica e sua influência para o pensamento sobre homens, gênero e sua inserção numa hierarquia social. Através de diversos autores que trabalham o conceito de masculinidade, Connell faz um levantamento histórico sobre o uso do termo desde sua fundação até sua importância para os movimentos de “Liberação das Mulheres” e “Liberação Gay”. Nos dois casos, a masculinidade está diretamente ligada à uma relação de poder. No caso dos gays, a concepção do “papal do homem” transformou-o de sujeito da opressão para sujeito oprimido, a partir da conceituação de que existe “uma hierarquia das masculinidades (...) a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais” (CONNELL, 2013, p. 244).

A masculinidade hegemônica para o autor se opõe, então, às masculinidades subordinadas. A primeira não se assume como um fator estatístico predominante, até porque uma minoria de homens a assumem. O que o autor destaca é que ela não só se opõe, mas se impõe. A masculinidade hegemônica se configura como um fator normativo, ou seja, faz com que homens incorporem “a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global” (CONNELL, 2013, p. 245), seja em relação às mulheres ou aos homens homossexuais.

Numa sociedade arraigada de preconceitos e dissonâncias com a diversidade, não é demais supor a predominância da masculinidade hegemônica como fator normativo do comportamento de homens e no cerceamento de outros indivíduos. Esse cerceamento atua na legitimação da opressão aos grupos que não desempenham essa masculinidade.

Isso se concretiza na realidade brasileira quando analisamos os índices de violência contra a comunidade LGBT. O Brasil é o país que mais mata membros dessa comunidade no mundo. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), somente até outubro de 2018, 346 vítimas fatais foram registradas pelo grupo. A cada 19 horas, uma lésbica, gay, bissexual, transexual ou travesti é morta no Brasil. A média de vida dessa população, com base no levantamento feito pelo GGB nos últimos 16 anos com “todas”⁷ as mortes registradas, não passa de 42,6 anos.

No Brasil - apesar dos avanços, como a conquista do casamento igualitário para homossexuais e lésbicas e o direito ao uso de nomes sociais para pessoas trans -, as políticas públicas existentes não são capazes de promover igualdade para pessoas que desempenham sua identidade e/ou sexualidade fora do padrão cis-heteronormativo. À nível municipal, desde o ano 2000, a lei orgânica de Juiz de Fora pune “qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino ou feminino) bissexual ou transgênero” (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL 9.791/2000). No entanto, em mais de dezoito anos de Lei Rosa, como ficou conhecida a portaria, o município não avançou na criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de cidadãos LGBTs em situações de vulnerabilidade na cidade.

À exemplo das mudanças no cenário político atual, que apontam para um retrocesso dos [poucos] avanços conquistados nos últimos anos, como a aprovação de planos de educação pelo país que excluem termos como gênero e/ou limitam o uso da palavra

⁷ Trata-se de um número subnotificado uma vez que a LGBTfobia não é considerada crime no Brasil. Nem todos os casos são registrados como LGBTfobia. O levantamento do GGB é feito com base em notícias e em denúncias.

diversidade, está sinalizado que conquistar esse espaço só será possível por meio de muita luta.

Em 2017, Juiz de Fora foi uma das várias cidades brasileiras que aprovaram diretrizes de educação que excluíam ou deturpavam o conceito de diversidade nos seus planos. A lei sancionada pelo então prefeito, Bruno Siqueira, determina que diversidade deve ser abordada nas escolas exclusivamente como sinônimo de educação inclusiva ou especial, pois

A promoção da cidadania e dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade não poderá se sobrepor aos direitos dos pais à formação moral de seus filhos, nem interferir nos princípios e valores adotados ao ambiente familiar, conforme assegurado pela Convenção Americana dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Código Civil Brasileiro e demais normas infraconstitucionais. (PME, LEI MUNICIPAL 13.502/2017)

No mesmo ano de sanção do Plano Municipal de Educação (PME), a UFJF foi alvo de críticas e recebeu uma moção de repúdio da Câmara Municipal de Juiz de Fora após a universidade divulgar um vídeo do web-programa “Na hora do lanche”, com a drag queen interpretada pelo artista Nino de Barros, numa escola de ensino fundamental e médio ligada à UFJF⁸. A polêmica se deu por conta de 15 segundos do vídeo de 4 minutos sobre a expectativa das crianças para o dia 12 de outubro, onde a drag questiona a existência da separação entre brinquedos de menino e menina. O então conselheiro tutelar Abraão Fernandes protocolou pedido de providência ao Ministério Público alegando que o episódio se tratava de uma violação ao PME e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com os ataques de *haters* na internet, a UFJF decidiu bloquear os comentários da publicação, mas manteve-se firme, pois

(...) repudia de forma veemente, conforme manifestações anteriores, as ações de intolerância e violência que têm sido a marca de setores da sociedade que não aceitam a igualdade, a diversidade e a racionalidade. As ações da UFJF se pautam pela defesa e fortalecimento dos mais profundos valores democráticos. Resistir ao retrocesso e à barbárie é uma tarefa essencial de uma instituição que tem como missão a formação cidadã e profissional e o desenvolvimento da ciência pautados no conhecimento crítico e humanista. (UFJF, 2017)

3.1. Encruzilhada: interseccionalidades

Carregar essas duas identidades sociais, negra e LGBT, faz com esses indivíduos estejam mais expostos às violações, uma vez que

⁸ Vídeo do Na Hora do Lanche alvo de críticas e de moção de repúdio pela Câmara Municipal de Juiz de Fora pode ser acessado por https://www.youtube.com/watch?v=NubKm_FFZic

O racismo e a homofobia não operam da mesma maneira e com a mesma intensidade. É possível supor que, nas experiências de gays afeminados, viados e bichas, o racismo pode ser o destaque, enquanto que a homofobia pode ser o destaque na vida de outros.(...) No entanto, esses dois marcadores estarão presentes ao longo de suas vidas, como uma sombra que muda de tamanho e de forma à medida que se move” (OLIVEIRA, 2017, p. 35).

O perigo reside justamente na “presunção comum nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas que todos os negros são heterossexuais e que todos os LGBTTTTI são brancos. O negro gay, a lésbica negra... eles não existem” (MUNDELL, 2013, p. 4). Nesse sentido, este trabalho propõe levantar uma discussão em torno da presença de gays negros no ensino superior através de produções que fujam de uma lógica ainda comum e se tornem um ponto de convergência entre o movimento LGBT (ainda pautado pela branquitude) e o movimento negro (ainda pautado pela heterossexualidade) e pensando nessa sub-representação que emergiu a necessidade de falar sobre essa temática.

Nesse ponto, resgatamos a questão da masculinidade para trazer a contribuição de Mundell (2013). Ao trabalhar a perspectiva interseccional na cena gay negra de Salvador, o autor destaca a concepção de uma “masculinidade inter- e intra-plural”. Segundo o autor, não existe só uma masculinidade dentro de uma sociedade e nem mesmo dentro de um mesmo indivíduo. As masculinidades, novamente, hierarquizam o homem e, no caso dos homens negros, são estereotipadas [as masculinidades] desde seu contato histórico com o homem branco e isso perdura nas sociedades atuais, sobretudo nas ocidentais ou ocidentalizadas. O negro, nesse caso, é caracterizado e “violentamente reduzido aos confins do seu corpo e, por extensão, simbólica e, às vezes, literalmente ao seu sexo: seu pênis” (MUNDELL, 2010, p. 3).

A partir de entrevistas com bichas pretas de Salvador, Mundell traça então um perfil geral desses homens, gays e negros - a relação com a família, a relação consigo mesmo (reforçaram a percepção imagética de que um bom homem é rígido, forte, másculo, honroso e viril), os relacionamentos com outros homens (alguns desenvolviam relacionamentos com homens brancos que corroboravam para “o mito do negro voraz, dotado, machão e hipersexual”), sua relação com a sociedade (muitos relataram a facilidade de se passar por heterossexual na tentativa de fugir dos “olhos alheios”, protegendo-os de preconceitos).

O trabalho de John Andrew Mundell traz uma contribuição para este projeto no sentido de ser e se configurar como relato de experiências a serem observadas e consideradas, pois se aproximam na intersecção entre gays e negros e na realização de entrevistas realizadas para um delineamento da masculinidade exercida e presente na negritude gay de Salvador.

...PRESENTE!

HÉRIKA IZIDÓRIO...

4. LAMPIÃO DA ESQUINA: INSPIRAÇÃO

O movimento homossexual brasileiro⁹ começou a dar seus primeiros passos na década de 1950 e 1960, com muita repressão e perseguição policial. Em 1970 os homossexuais brasileiros ainda estavam reclusos nos guetos e, somente no final da década, começa-se a se observar um movimento contrário de resistência. No ano de 1977 o advogado e ativista João Antônio de Souza Mascarenhas cria o “Grupo Homossexual Triângulo Rosa”. No mesmo ano, o gaúcho radicado no Rio de Janeiro recebe a visita do norte-americano Winston Leyland, editor da revista *Gay Sunshine*. A ideia era colaborar com o estadunidense levando a perspectiva brasileira, que começava a emergir nessa época, para a publicação norte-americana.

Figura 1: Capa e contracapa da primeira edição d’O Lâmpião da Esquina



(Fonte: Grupo Dignidade. Disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>)

⁹ A escolha pelo uso desse termo se deve apenas a uma marcação histórica do movimento que, à época, se referia à formação de grupos, mais ou menos institucionais, que tinham o objetivo de conquistar e defender os direitos relacionados à livre orientação sexual. Entendemos que existem diversas outras formas de expressão da sexualidade.

O ano de 1978 marca o nascimento do principal jornal abertamente dedicado às causas LGBT no Brasil. Em meio à ditadura militar e à emergência da imprensa alternativa nacional, João Mascarenhas cria, conjuntamente com outros intelectuais e ativistas sociais, como Darcy Penteado, Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan, o jornal “O Lâmpião da Esquina” (figura 1).

Ao todo, onze intelectuais e ativistas se reuniram e criaram o jornal para dar voz à uma comunidade que não possuía, àquela época, espaço nos veículos tradicionais. Em três anos de circulação, O Lâmpião teve 38 edições¹⁰, contando com a edição de número zero. Foi um marco da imprensa alternativa brasileira e é tido por muitos como o ponto de partida para a luta por direitos civis para os homossexuais no Brasil.

A importância do Lâmpião se deu exatamente ao ser o contraponto em relação à própria imprensa alternativa da época, como o “Pasquim”; seu sucesso se deu sobretudo por desvelar temas que até hoje são tabus, como a violência homofóbica, o aborto e a prostituição. A sexualidade (obviamente) também era abordada no jornal sendo retratada em tirinhas e em ensaios sensuais.

É importante destacar que existiram outras iniciativas parecidas, como o jornal gay “Snob”, criado em 1961. No entanto, o grande triunfo d’O Lâmpião foi retirar os homossexuais dos guetos e instigá-los numa luta mais institucionalizada. Em três anos de circulação, com tiragem média de 15 mil exemplares por edição, o jornal incentivou a criação de grupos organizados, como o “Somos”, de São Paulo.

O tabloide contava com editorias fixas como “Esquina”, que reunia notícias, “Reportagem”, que sempre trazia a matéria de capa e “Cartas na Mesa”, dedicada a receber e responder mensagens dos leitores. Sempre com tom ácido e regado à sátira, O Lâmpião encerrou sua circulação em 1981 deixando uma lacuna na imprensa alternativa que persiste até hoje.

O jornal anunciou assim, na edição número zero, a criação pelas Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos dos Animais (Figura 2):

Já em 1400, Leonardo DaVinci (que entendia das coisas) escreveu: "Haverá um dia em que os homens conhecerão o íntimo do animal e, nesse dia, um crime contra um animal será considerado como um crime contra a humanidade". Quase 600 anos depois o homem ainda nem conhece a si próprio; tanto que ainda se discriminam uns aos outros, de acordo com detalhes como raça, credo, preferência sexual etc. Como esperar que eles

¹⁰ Em 2010, todas as edições do Lâmpião da Esquina foram restauradas e digitalizadas pelo Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott. A coleção completa está disponível em formato PDF no site do Grupo Dignidade que pode ser acessada por <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

vejam os animais como seres a ser preservados e cujos direitos sobre o mundo em que vivem são igualmente inalienáveis? Mesmo que o homem, em várias partes do mundo, não consiga respeitar a Declaração Universal dos seus próprios direitos, não se deve esperar que ele atinja esse estágio para tentar convencê-lo da existência dos direitos dos animais.” (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1978, p.11)

O ímpeto e o vanguardismo d’O Lampião da Esquina foram, e ainda são, inspiração para criar este trabalho de conclusão de curso que rememora, de forma despretensiosa, os 40 anos da publicação. Viva O Lampião!

...PRESENTE!

MICHEL MESSIAS CUNHA... 5. LAMPIÃO 2.0: REALIZAÇÃO

O meu primeiro contato com a temática da reportagem apresentada neste TCC se deu ainda durante a disciplina Técnica de Produção em Jornalismo Impresso, em 2017. Naquela oportunidade, a partir de uma atividade proposta pela professora Marise Baesso, tivemos que realizar uma grande reportagem para a confecção de uma revista, tradicional trabalho de conclusão da disciplina.

Popularmente conhecida como “Mergulhão de Impresso”, a disciplina tem a proposta de possibilitar aos alunos e alunas, ainda que no ambiente universitário, uma experiência da prática do jornalismo diário, do *hardnews* ao jornalismo de revista.

Figura 2: Capa da revista Periscópio e capa da reportagem



(À esquerda capa da revista com o estudante Arthur Ribeiro e, à direita, capa da reportagem principal da revista.
Fonte: Revista Periscópio, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/mergulhodiario/docs/periscopio>)

Em parceria com Leo Barbosa, produzimos a reportagem “Negritude gay (r)existe e ocupa espaço acadêmico” que acabou virando capa da revista Periscópio (figura 2). Em mais de 50 páginas, destrinchamos a presença dessa comunidade na Universidade Federal de Juiz de Fora, reunindo dados da violência contra esses dois grupos identitários, além da taxa de evasão de LGBTs no ensino médio e a taxa de acesso dessas pessoas ao ensino superior. Para essa construção, buscamos ouvir também os órgãos da instituição na tentativa de reunir

dados específicos dos discentes e docentes da universidade; além de destacar algumas ações da instituição que promoveram a inclusão da diversidade dentro do campus.

A receptividade da publicação, e a emergência de prosseguir nessa discussão, fez com que decidíssemos continuar trabalhando nessa temática. Sob orientação da professora Marise, durante o segundo semestre de 2017, de maneira independente, permanecemos expandindo a reportagem: colhemos mais depoimentos de alunos, técnicos e professores; convidamos estudantes para publicarem suas crônicas; realizamos um ensaio fotográfico completo que ilustrou a reportagem principal; e aprofundamos a abordagem considerando índices de violência, presença nos espaços públicos e privados, acesso ao mercado de trabalho e às universidades, bem como as representações da comunidade na mídia tradicional.

Figura 3: Capa e contracapa da revista O Lacre, Nº1, 2017



(Fonte: Revista O Lacre, 2017. Disponível em: https://issuu.com/bafrorevista/docs/revista_final_def)

O compilado desse material resultou na revista independente “O Lacre”, lançada em novembro daquele ano (figura 3). Em 116 páginas denunciemos uma realidade ainda pouco explorada pela mídia comercial, local e nacional. Este trabalho marcou posição na

UFJF e teve uma significativa repercussão nas redes sociais, tendo 17 mil alcances totais na página do *facebook*, com média de 392,18 alcances orgânicos por publicação. Para além do viés jornalístico e artístico, a revista possuía um forte cunho de engajamento social, de ativismo e militância política.

Tendo em vista a importância do tema e a necessidade de continuar tencionando essas questões dentro [e fora] da universidade, surgiu a oportunidade de transformar esse material no meu trabalho de conclusão de curso.

O projeto começa a ser gestado no início do ano, mas só se configura, em definitivo, em meados de 2018, durante o XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Levamos “O Lacre” para o Intercom Sudeste com o intuito de concorrer ao prêmio Expocom. Em contato com outros estudantes, percebemos que essas temáticas relacionadas à gênero, sexualidade e raça estavam em plena efervescência no âmbito das outras universidades da região. Aquela era a constatação de que a nossa luta na UFJF não era uma luta solitária. Não voltamos de Belo Horizonte com o prêmio, mas voltamos com uma ideia e uma vontade enorme de externalizar aquilo que acreditávamos. Nascia ali o “Lampião 2.0”.

A escolha pelo nome se deu por dois motivos. Por um lado, o contato com estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto que desenvolviam pesquisa próxima da nossa, também relacionada à temática LGBT (aproveito esse espaço para agradecer sua contribuição). A UFOP tem um jornal impresso consolidado chamado “Lampião”, extremamente conhecido entre os frequentadores do Expocom. Por outro, a alusão ao jornal da época da ditadura acendeu a curiosidade de conhecer mais sobre o periódico. A pesquisa me deixou fascinado ao conhecer a história deste importante jornal de resistência e pela oportunidade de conceber uma versão digital d’O Lampião no ano em que se completa 40 anos da sua criação.

5.1. Comunicação Pública: pluralidade para ocupar, diversidade para resistir

Se o Lampião 2.0 foi concebido em Belo Horizonte, posso falar que foi no NJA que ele foi gestado. O Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (UFJF-CNPq) me proporcionou as condições necessárias para poder projetar e desenvolver esse trabalho. Então, se o NJA foi a incubadora dessa ideia, não é demais reconhecer a influência das práticas do núcleo para O Lampião (que vai *amnioticamente* (sic) absorver essas pesquisas). Em atividade desde 2009, o

NJA realiza estudos sobre as televisões públicas brasileiras e sua importância na democratização da comunicação e promoção da cidadania num país marcado pelas desigualdades.

As TVs Públicas são garantidas pela Constituição de 1988 e são parte fundamental da complementaridade do sistema de radiodifusão brasileiro. Segundo a Carta Magna, deveriam existir três tipos de TVs no Brasil: a comercial, a estatal e a pública.

Diferentemente da TV comercial, que tem uma preocupação essencialmente com o lucro, a TV Pública tem o interesse único pelo cidadão. Caberia à TV Pública a representação da população em toda sua diversidade, mostrando diversas vozes e cores.

Em contraponto à exploração comercial do sistema e à prática jornalística largamente utilizada no Brasil por essas empresas, a TV Pública apontaria, portanto, para uma programação que privilegiasse o interesse cidadão. Prezando por uma abordagem diferenciada do mercado, a TV Pública e seu (tele)jornalismo tenderiam a dar voz às minorias e aos temas segregados pelas “televisões tradicionais”. Para Coutinho, na mesma medida, é papel da TV Pública, encenado por meio do (tele)jornalismo público, promover a autonomia do cidadão de modo a abolir sua condição de mero receptor, “convertendo-se de espectador, apenas, em também produtor de discursos e relatos audiovisuais, ainda que potencialmente.” (COUTINHO, 2013, p. 7).

A fim de possibilitar uma alternativa à essa prática comercial, contaminada pela preocupação com a audiência e a concorrência, o (tele)jornalismo público promoveria a informação além do fato ou, como defende o Manual da EBC, Empresa Brasil de Comunicação, o compromisso com a Pluralidade, Imparcialidade, Discernimento, Regionalismo, Educação, Debate Público, Inclusão, Inovação e Ética.

O telejornalismo desempenha um papel social importante. Uma de suas funções é o compromisso com o público, portanto, os telejornais deveriam prezar, antes de qualquer coisa, pelo interesse cidadão em suas atividades. É papel social do telejornalismo buscar uma identificação com seu telespectador, algo que pode ser alcançado através da polifonia de vozes, aspecto tão caro à comunicação pública. Coutinho (2013) aponta essa pluralidade como caminho possível para que os cidadãos se sintam representados pelos conteúdos das emissoras públicas.

Nesse sentido, o telejornalismo local ganha mais importância para esse trabalho uma vez que tem a possibilidade de produzir conteúdos mais próximos do seu público. As potencialidades do telejornalismo local também se relacionam à construção de uma identidade local “na medida em que os telespectadores se identifiquem com as notícias [...] ou seja, que

se vejam inseridos no contexto da sociedade construída na narrativa [...] dos telejornais” (COUTINHO E MARTINS, 2008, p.2).

Um dos princípios fundamentais da comunicação pública seria o de dar voz a quem não tem espaço nos veículos tradicionais, privilegiando grupos socialmente vulneráveis. E é exatamente sob esse pilar que o Lampião 2.0 está fundado: àquele que tem o compromisso de dar espaço à comunidades comumente marginalizadas e vítimas de um histórico de representações estereotipadas e preconceituosas. É parte também de uma tentativa de desvelar um problema nacional que tem repercussão regional; e ainda um esforço de denunciar uma realidade que é completamente segregada pela imprensa local de Juiz de Fora, considerada, por exemplo, a terceira cidade mais desigual para negros do Brasil¹¹.

5.2. Projeto e desenvolvimento

A partir da definição do tema e da inserção da reportagem dentro da perspectiva da comunicação pública, fizemos o estudo e todo o planejamento foi feito com base na obrigatoriedade do projeto ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UFJF. A proposta foi submetido ao CEP em julho de 2018.

Apesar de ser encarado pelos estudantes com um certo temor (o que faz com que muitos desistam de fazer um trabalho que envolva contato direto com seres humanos, como entrevistas, por exemplo), a submissão ao comitê é mais simples do que parece. Toda burocracia fica por conta de trâmites legais que, a bem da verdade, resguardam o pesquisador de intercorrências futuras e dão a legitimidade da instituição, que avaliza o trabalho.

A produção do projeto a ser submetido ao CEP contém uma ficha onde o pesquisador deve explicitar itens comuns a trabalhos acadêmicos, como: revisão de bibliografia (introdução), objetivos, metodologia, critérios de inclusão e exclusão, os riscos envolvidos na realização, assim como os benefícios.

A aprovação pelo comitê estava vinculada à criação de um cronograma para o desenvolvimento do trabalho (tabela 1).

¹¹ Estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – órgão vinculado à ONU - em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Ipea, de 2017. Considerando o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o levantamento mostrou que Juiz de Fora (MG) é uma das cidades mais desiguais entre brancos e negros no país, atrás apenas de Porto Alegre (RS) e Niterói (RJ).

Tabela 1: Cronograma de execução

Identificação da etapa	Início (DD/MM/AAAA)	Término (DD/MM/AAAA)
Definição das pautas	06/08/18	10/09/18
Produção e Planejamento/ Definição das fontes	11/09/18	12/11/18
Apuração e investigação	13/09/18	24/09/18
Gravação das entrevistas	20/09/18	10/10/18
Edição	11/10/18	18/11/18
Veiculação/Redação relatório final	19/11/18	02/12/18
Defesa da monografia	03/12/18	03/12/18

Fonte: Projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFJF), 2018.

O planejamento inicial envolvia abranger o maior número de pessoas possíveis que compunham o *corpus* da pesquisa: professores, alunos, técnicos e terceirizados (tabela 2). Os critérios de inclusão envolviam todos aqueles que estavam dentro da comunidade retratada, ou seja, negros e gays, e tinham algum vínculo com a UFJF. E os critérios de exclusão envolviam todos aqueles que não se identificavam dentro dessa comunidade e que não tinham vínculo com a universidade, ou não eram vinculados ao campus Juiz de Fora.

Tabela 2: Grupo de indivíduos participantes da pesquisa

Grupo	Número de participantes	Intervenções a serem realizadas
Docentes	5	Entrevista
Discentes	10	Entrevista
Técnicos	3	Entrevista
Terceirizados	3	Entrevista

Fonte: Projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFJF), 2018.

Durante o desenvolvimento do trabalho nos deparamos com uma dificuldade de chegar até esses públicos (com exceção dos alunos que, relativamente, foram de fácil acesso). Encontrar professores, técnicos e terceirizados, gays e negros, talvez tenha representado o

nosso maior obstáculo. A ausência desses públicos deixou, sim, a reportagem menos plural. Mas, se por um lado perdemos nesse sentido, por outro essa ausência nos permitiu constatar que não se trata de uma carência só da reportagem. Trata-se, na verdade, de um vácuo de diversidade dentro da UFJF. A falta de gays negros ocupando postos na universidade denuncia que muitos avanços ainda precisam ser costurados, interna e externamente.

A realização envolveu também a busca por tentar elucidar algumas questões complexas, que envolviam diretamente órgãos da UFJF e profissionais da instituição. A obtenção de dados, por exemplo, foi uma tentativa sem resposta. Tentamos contato com a Diretoria de Ações Afirmativas, a Diaaf. O órgão é o responsável pelas políticas de ações afirmativas da instituição e quem melhor poderia responder sobre a presença (ou não) da negritude gay naquele espaço. Foram inúmeras tentativas, por e-mail, telefone e pessoalmente.

Diante da minha proximidade com a temática, o que já ocorre há quase dois anos, e considerando o histórico que tenho na tentativa de contato com o órgão, desde a produção da reportagem para o “Mergulhão de Impresso”, até à criação e lançamento da revista “O Lacre”, posso dizer que não se trata de um silêncio inocente. A Universidade Federal de Juiz de Fora não possui dados específicos relacionados aos negros e negras que estudam ou trabalham na instituição. E isso é ainda pior quando buscamos os dados de LGBT dentro da nossa academia.

É preciso reconhecer que a UFJF tem um ambiente relativamente progressista nesse campo. Podemos nos orgulhar de estarmos na primeira universidade mineira a adotar o sistema de cotas para o ingresso no ensino superior público, em 2004 - um ano antes da lei que tornaria isso obrigatório. A instituição realizou, e continua realizando, diversas ações no combate ao preconceito e em defesa da diversidade nos últimos anos. No entanto, esses avanços não podem se resumir à ações específicas de publicidade, em datas comemorativas.

Em 57 anos de história e em mais de 14 de políticas de ações afirmativas, não é aceitável que a universidade não conheça sua comunidade. Não basta ser uma das 25 melhores universidades do país; é preciso fazer com que as pessoas, todas as que lá estão, sintam essa qualidade. E isso deve passar prioritariamente pela manutenção de políticas de públicas que garantam os direitos dos seus estudantes e funcionários mais vulneráveis, negros e LGBT.

5.2.1. Prospecção do material: entre erros e acertos

A ideia inicial quando o projeto foi gestado era a de realizar uma reportagem audiovisual, com gravação em estúdio. Nesse cenário, poderíamos ter um controle maior sobre algumas variáveis internas, como iluminação e áudio, e externas, como condições climáticas, por exemplo. Com o início das gravações nos deparamos com dificuldades relacionadas à execução e à conciliação entre a disponibilidade das fontes com a disponibilidade do estúdio de TV da Faculdade de Comunicação.

Após a realização de algumas entrevistas nesse formato e diante de alguns contratempos, como incompatibilidade de horários e problemas técnicos, decidimos mudar a estratégia de prospecção do material a ser utilizado, o que nos acenou a possibilidade de uma composição da reportagem diferente da que pensamos inicialmente.

A partir da ascensão da comunicação por aplicativos de mensagens e da anunciação de uma era onde as informações circulam por esses meios, consideramos a possibilidade de transformar o material em uma reportagem digital. Nossa grande inspiração foi um trabalho publicado no site do El País, de outubro de 2018¹², sobre o uso de *fake news* nas eleições disseminadas pelo *whatsapp*. O jornal utilizou a linguagem do aplicativo de mensagem, visual e narrativamente, para construir um material diverso em comparação com publicações de outros veículos tradicionais.

Tendo em vista que essa poderia ser uma alternativa para a elaboração do *Lampião 2.0*, e levando-se em consideração o potencial de aproximação com o público por conta dessa linguagem, a prospecção do material se deu a partir do modo como se daria se as fontes estivessem utilizando o aplicativo - bem como se dará o acesso do público em geral à reportagem. Ou seja, a intenção é a de promover uma conversa entre o dono do depoimento e usuário.

Nesse sentido, pedimos para que as fontes gravassem seus depoimentos com celular, sem que a qualidade do vídeo ou enquadramento se tornasse uma preocupação. Àqueles que não quisessem aparecer no vídeo, mas tinham a intenção de contribuir com o trabalho, foi pedido que enviassem um áudio gravado com o depoimento.

¹² Reportagem “Os ‘whatsapps’ de uma campanha envenenada”, publicada pelo El País em 28/10/18 que pode ser acessada por <https://brasil.elpais.com/especiais/2018/eleicoes-brasil/conversacoes-whatsapp/>

5.2.2. Edição e publicação

Depois da prospecção de todo o material, precisávamos agora decidir qual a melhor forma de publicizá-lo, considerando que construiríamos a partir da inspiração do El País. Desde 2017 o Núcleo de Jornalismo e Audiovisual possui um site com domínio próprio na plataforma Wix¹³. Trabalhando no gerenciamento do site, vimos ali uma oportunidade e uma ferramenta que possibilitaria que o Lampião 2.0 saísse do papel, tal qual nós imaginamos anteriormente.

Criamos uma página especial dentro do site do núcleo específica para o Lampião e então começamos a diagramação da reportagem. O Lampião 2.0 pode ser acessado pelo *link* a seguir: <https://www.jornalismoaudiovisual.com/lampiao2ponto0>.

Figura 4: Capa da página do Lampião 2.0



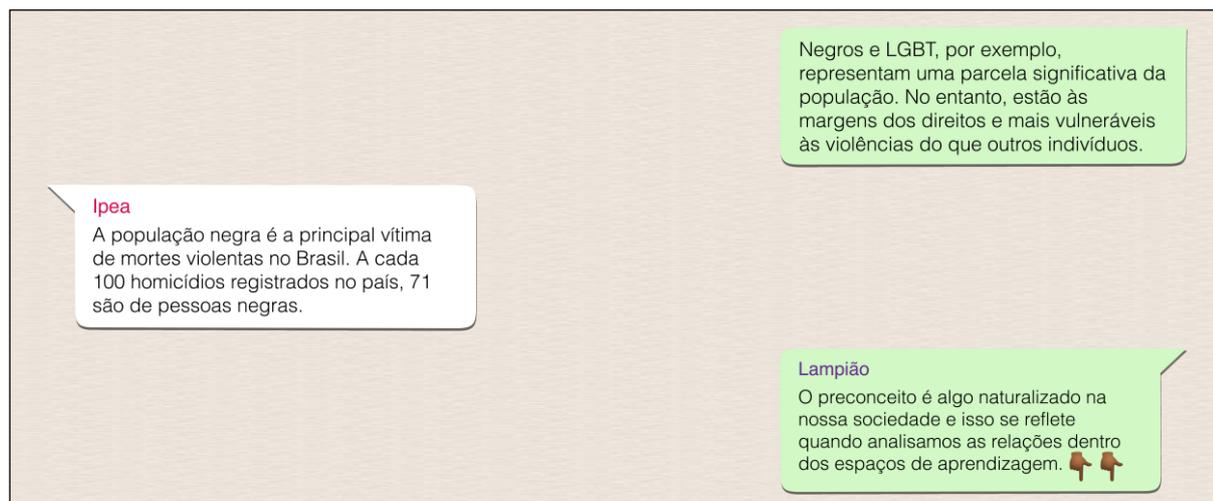
(Fonte: Lampião 2.0, 2018. Disponível em: <https://www.jornalismoaudiovisual.com/lampiao2ponto0>)

A reportagem foi diagramada no site de modo a criar uma alusão a uma conversa no *whatsapp* (figura 8). Para criar esse efeito, precisamos diagramar a reportagem anteriormente, em formato de imagem (PNG), no programa *Adobe Illustrator*¹⁴, a fim de agilizar o processo e de permitir a criação do efeito de *chat* automático comum à linguagem das redes sociais.

¹³ Wix é uma plataforma online de criação e edição de sites em HTML5 e sites Mobile, que permite aos usuários uma experiência de criação sem a necessidade de conhecimento em programação ou design.

¹⁴ O programa “Adobe Illustrator” é um editor de imagens criado e comercializado pela empresa Adobe Systems em 1987. É largamente utilizado para a criação de artes vetoriais para impressão e para a *web*.

Figura 5: Trecho da reportagem “Encruzilhada”



(Fonte: Lampião 2.0, 2018. Disponível em: <https://www.jornalismoaudiovisual.com/lampiao2ponto0>)

A utilização dos vídeos enviados pelas pessoas foi editada pensando na dinâmica comum à maioria dos aplicativos de mensagens onde os usuários não consomem vídeos ou áudios grandes - e onde a interrupção da gravação cortando uma linha de raciocínio que só vai ser completada no próximo vídeo é considerada normal. Dessa forma, aliamos o útil ao agradável: a necessidade de editar vídeos que chegavam aos 20 minutos, em alguns casos, e a conveniência de ter um vídeo menor que se adequasse à linguagem proposta.

Pensando também na portabilidade dos aparelhos e na facilidade de acesso pelos *smartphones*, editamos uma versão da reportagem pensada para dispositivos móveis, onde a linguagem da “conversa de *whatsapp*” talvez funcione melhor.

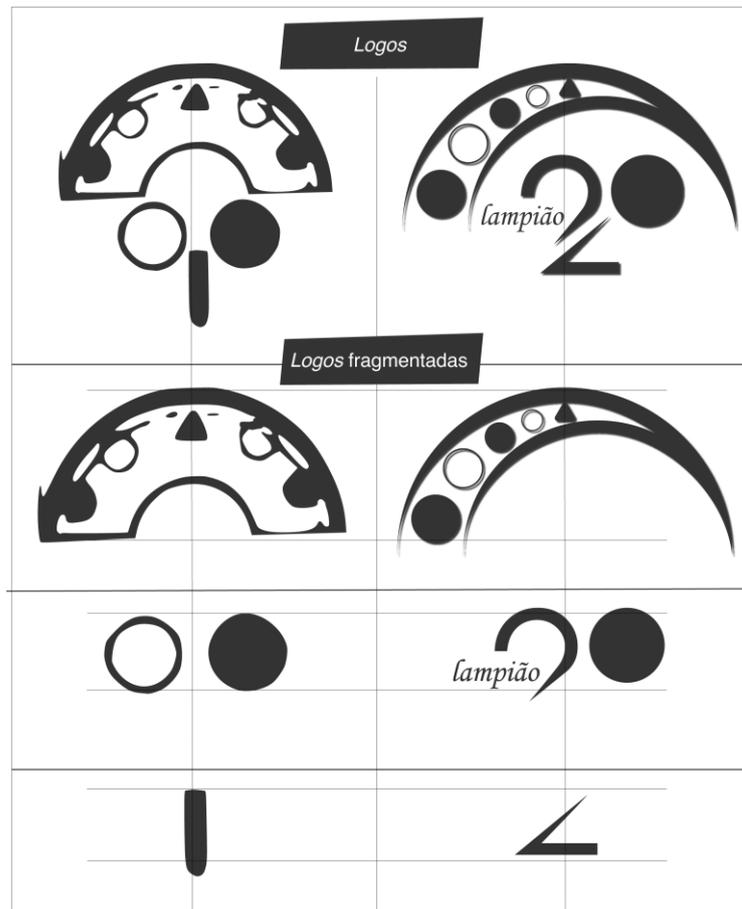
Pensamos também em uma seção especial no portal onde possamos divulgar a íntegra do material colhido e permitir que o usuário possa ter contato, ainda que muito timidamente, com o processo de produção, uma vez que, tendo o conhecimento do todo, é possível verificar de onde partimos e onde chegamos.

O passo adiante foi o de criar a identidade visual do portal. A partir da *logo* d’O Lampião da Esquina (figura 10), nossa fonte de inspiração, criamos uma *logo* e que conversa com o novo nome.

A criação da nova identidade (figura 6) levou em consideração a manutenção do elemento principal da *logo* original. O chapéu do cangaceiro está presente, embora tenha sido remodelado. Os elementos decorativos do chapéu antigo também se repetem no novo, bem como a alternância entre o preenchimento das formas. Aquilo que seriam os “olhos” são

atualizados assumindo formas esféricas perfeitas (o “olho” direito é mantido íntegro enquanto o esquerdo se fragmenta a fim de formar o “nariz” da *logo* antiga mas, ao mesmo tempo, assumir a forma do numeral “2”, que dá nome à nova marca).

Figura 6: Composição de uma nova logo para o Lampião 2.0



(Fonte Lampião 2.0, 2018)

ARMANDO JÚNIOR...
6. CONCLUSÃO

Antes de mais nada, eu preciso reconhecer que este trabalho foi também um processo de libertação pessoal, pois permitiu me enxergar, me reconhecer e me reafirmar dentro dessas comunidades. Este trabalho não fala apenas dos outros, mas também de mim. Portanto, vem daí a importância de construir um veículo que pudesse dar conta dessas angústias. Era preciso pensar em representatividade não apenas considerando o que está sendo dito sobre algo ou alguém; é também observando as formas empregadas para se dizer, os alvos aos quais se pretendem atingir e por quem esse discurso está sendo construído. Avaliando a relevância da temática abordada e as urgentes discussões que o material levanta, este trabalho aponta para a necessidade de criação de espaços de fala para quem tem muito a dizer, mas tem caçado, diariamente, o direito de falar.

A experiência da reportagem, a partir dos depoimentos, evidenciou um histórico de apagamento e negação das identidades dos entrevistados. Todos, em geral, mostraram marcas de uma formação arraigada de preconceitos, desde os anos iniciais da educação básica à faculdade, passando pelo mercado de trabalho. Algo comum para as duas comunidades, os entrevistados relataram histórias de discriminação, da família à religião, da escola à academia, das ruas aos espaços de socialização. O espaço acadêmico se configurou, a partir dos relatos, como um lugar de dois gumes. Por um lado, um consenso de que este se torna um reduto onde “as tribos se encontram, se identificam e se fortalecem no enfrentamento às discriminações e fobias sociais”. Por outro, se apresenta como um terreno de disputa para ambos os grupos, negro e LGBT, afinal trata-se de um ambiente ocupado majoritariamente por pessoas brancas, cis-gêneras e heterossexuais. O processo de aceitação das identidades fez parte da construção desses indivíduos e tornou-se motivo de orgulho e afirmação.

O processo de produção da reportagem, desde a concepção da temática à publicação, possibilitou a reafirmação do papel social do jornalismo que é o de permitir que, através da informação, uma realidade possa ser transformada. Ao lançar luz sobre problemas comumente abafados pela grande mídia, estamos permitindo que mais pessoas tomem conhecimento das dificuldades do próximo e possam se juntar a essa luta. Mais importante do que isso, estamos dando a oportunidade de comunidades, antes segregadas desse poder de fala, de denunciarem violações que até então eram ignoradas.

No ano em que se completam 70 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é preciso abrir caminho para que os indivíduos sejam respeitados em suas individualidades e tenham garantidos seus direitos; e isso significa garantir o acesso igual e democrático aos espaços, do mercado de trabalho ao ensino superior. Dos cargos públicos aos postos de poder.

Quarenta anos depois de sua fundação, O Lampião da Esquina mostra, através do papel-jornal agora digitalizado, que é possível [e preciso] fazer resistência diante dos retrocessos e conservadorismo que se impõem, na sua época e agora. Mais atual do que nunca, seu espírito continua vivo diante de uma lacuna e uma anseio por uma comunicação que seja capaz de questionar e ser transformadora.

A partir dessa perspectiva de potencialidade para o jornalismo, ao promover a comunicação de agressões cotidianas sofridas por uma comunidade até então apagada, Lampião 2.0 se aproxima da inovação ao se colocar como um ponto fora da curva pelo jornalismo praticado pelas mídias tradicionais. Ademais, pela forma e pelo conteúdo, arrisca em não reproduzir um modelo de comercial mas, sim, valorizando vozes dissonantes da sociedade comumente silenciadas.

Em um momento conturbado, política e socialmente, Lampião 2.0 vem para atuar na defesa inalienável dos cidadãos de se expressarem livremente, seja através de meios de comunicação ou até mesmo pelo simples ato de (r)existência, afinal de contas, num país que comete genocídio contra negros e LGBTs, nosso corpo, em sua existência, é um ato político. No início e ao final de cada capítulo deste trabalho lembramos os nomes de indivíduos que tiveram caçados seus direitos simplesmente por não se encaixarem nos padrões impostos por uma sociedade preconceituosa e arraigada de violência. Marielle, Matheusa, Dandara, Hérika e Michel, presentes! Machistas, racistas e homofóbicos não passarão.

...PRESENTE!

REFERÊNCIAS

- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, v. 21, n.1, p. 241-282. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650> . Acesso em 08/04/18.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- CHAVES, Maria Laura Barbosa. **O Negro na Mídia Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. 2008. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1951/2/20427316.pdf> . Acesso em: 08/04/18.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da usp, v.26, n. 1, pp. 61-73, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: 30/05/18.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. **A construção e a desconstrução dos estereótipos na sociedade brasileira**. Stockholm review of latin american studies. n°2 09/2007 p.25-35.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.
- MORAES, Elaine C. Gomes e SOARES, Murilo César. **O movimento homossexual no Brasil: construção da identidade, eventos e visibilidade mediática**. Revista Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, vol. 14, n.26, 2013. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1720. Acesso em: 22/11/18.
- MUNDELL, John Andrew. **As masculinidades de homens negros gays em Salvador da Bahia**. Seminário Internacional Fazendo Gênero. 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321880_ARQUIVO_O_FazendoGenero10Paper.pdf . Acesso em: 08/04/18.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba, 2017. 190f. Tese. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2017.
- PEREIRA, E. A.; GOMES, Núbia P. M. **Ardis da imagem: exclusão e violência nos discursos a cultura brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUC Minas, 2001.
- SODRÉ, M. **Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 1999.

A Cor dos Apresentadores de Tv no Brasil. Coletivo Vai da Pé. 2017. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em: 08/04/18.

Atlas da Violência. Ipea. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 07/04/18.

Nota técnica, reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea. 2012. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140211_notatecnicadisoc17.pdf.pdf. Acesso em: 07/04/18.

Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto Ethos. Maio de 2016. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr. Acesso em: 07/04/2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso em: 07/04/18.

APÊNDICE A - Pauta das entrevistas

Composição: material jornalístico em áudio, vídeo e texto.

Tema central: a presença de gays negros no ensino superior.

Com o objetivo de esquematização, estabelece-se três eixos de trabalho:

1. Acesso

Propõe-se discutir questões relacionadas à política de cotas raciais e de gênero, ações afirmativas e outras políticas públicas para as comunidades gay e negra.

2. Permanência

Pretende-se levantar questões relacionadas aos preconceitos, dentro e fora da instituição, bem como políticas públicas que atuem para manutenção da comunidade na instituição; formas de (auto)aceitação e empoderamento; atuação de movimentos de coletivos e grupos sociais da instituição.

3. Formação

Tenciona-se para questões que envolvem a presença de professores negros e gays da instituição; utilização de ementário que abordem as questões propostas; qualidade na formação e mercado de trabalho.

Dentro desses eixos, discutiremos questões relacionadas ao preconceito, aceitação, empoderamento, família, sexualidades, violências, mercado de trabalho e representatividade. Nesse sentido, a fim de tornar o trabalho mais plural e representativo, estabelece-se também a organização em quatro públicos:

- A. Estudantes
- B. Professores
- C. Técnicos
- D. Terceirizados

APÊNDICE B - Roteiro de perguntas para discentes

A abordagem pretende lançar luz quanto às questões de sexualidade e gênero, bem como a presença de estudantes, gays negros, do acesso à formação, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Assim, propõe-se algumas perguntas-base (sujeitas à alterações de acordo com cada entrevistado):

1. Dados básicos (nome - oficial e/ou como cada um prefere ser identificado-, idade, curso/período);
2. Como você se enxerga na sociedade? Você tem consciência da sua cor e/ou da sua sexualidade?
3. Você já sofreu algum tipo de preconceito por conta da sua cor e/ou sexualidade?
4. Você já sofreu algum tipo de violência, física ou não, por conta da sua cor e/ou sexualidade?
5. Como e quando você se deu o processo de auto aceitação por conta da sua raça e/ou sexualidade?
6. Como é a sua relação com sua família e amigos?
7. Como era sua relação com as outras pessoas na época de escola?
8. Como se deu o acesso à UFJF? (Sistema de cotas ou não? Pism ou Enem?)
9. Sabe-se do pequeno número de estudantes negros e gays que acessam o ensino superior no Brasil. Você percebe isso? Você sentiu alguma dificuldade por conta da sua raça e/ou sexualidade?
10. Como você se enxerga dentro do seu curso/profissão? Existem outras pessoas com as quais você se identifica racial e/ou sexualmente?
11. Em sala de aula, você se sente à vontade para falar abertamente sobre essas questões?
12. Você já sofreu algum tipo de preconceito e/ou violências dentro da UFJF por conta da sua raça e/ou sexualidade?
13. Se sim, recebeu algum apoio de órgãos da instituição? Os responsáveis foram punidos?
14. Você conhece alguma política pública da instituição que atue na defesa dos seus direitos? Você se sente protegido dentro e/ou pela UFJF?
15. Você se sente menos valorizado na faculdade por conta da sua raça e/ou sexualidade?
16. Na sua opinião, o que as pessoas pensam sobre você? Essa visão te incomoda?
17. Você se sente representado quando vê uma novela, série, filme ou programa de TV? Por quê?
18. Você se sente representado dentro da UFJF? (Por professores, técnicos ou funcionários em órgão administrativos da instituição)
19. Tomando como base essas experiências antes de entrar na UFJF, e agora cursando uma graduação, quais perspectivas você tem para o mercado de trabalho?
20. Levando-se em consideração a falta de representatividade de gays e negros na mídia, no mercado de trabalho e no ensino superior, na sua opinião, de que modo esse cenário poderia melhorar?
21. Gostaria de fazer alguma consideração?

APÊNDICE C - Roteiro de perguntas para docentes

Essa abordagem está preocupada em desvelar a presença de professores gays negros na instituição. Assim, propõe-se as seguintes perguntas:

1. Dados básicos (nome - oficial e/ou como cada um prefere ser identificado-, idade, formação/título, tempo de trabalho);
2. Como você se enxerga na sociedade? Você tem consciência da sua cor e/ou da sua sexualidade?
3. Você já sofreu algum tipo de preconceito por conta da sua cor e/ou sexualidade?
4. Você já sofreu algum tipo de violência, física ou não, por conta da sua cor e/ou sexualidade?
5. Como e quando você se deu o processo de auto aceitação por conta da sua raça e/ou sexualidade?
6. Como é a sua relação com sua família e amigos?
7. Como era sua relação com as outras pessoas na época de escola? E na época da faculdade?
8. Como se deu o acesso à UFJF?
9. Como você se enxerga dentro da sua profissão? Existem outras pessoas com as quais você se identifica racial e/ou sexualmente?
10. Sabe-se da ausência ou do número pequeno de professores negros e gays. O que você pensa sobre essa questão?
11. No ambiente de trabalho, em sala de aula, você se sente à vontade para falar abertamente sobre essas questões?
12. Nas disciplinas trabalhadas, você conhece ou utiliza algum autor com o qual você se identifica racial e/ou sexualmente?
13. Você já sofreu algum tipo de preconceito e/ou violências dentro da UFJF por conta da sua raça e/ou sexualidade?
14. Se sim, recebeu algum apoio de órgãos da instituição? Os responsáveis foram punidos?
15. Você conhece alguma política pública da instituição que atue na defesa dos seus direitos? Você se sente protegido dentro e/ou pela UFJF?
16. Você se sente menos valorizado no trabalho por conta da sua raça e/ou sexualidade?
17. Você se sente representado quando vê uma novela, série, filme ou programa de TV? Por quê?
18. Você se sente representado dentro da UFJF? (Por outros professores, técnicos ou funcionários em órgão administrativos da instituição)
19. Tomando como base essas experiências anteriores, e agora a experiência na docência, e levando-se em consideração esse cenário de pouca representatividade, quais perspectivas você tem para o futuro na instituição?
20. De que maneira essa situação poderia melhorar?
21. Gostaria de fazer alguma consideração?

APÊNDICE D - Roteiro de perguntas para técnicos e terceirizados

Essa abordagem tem o objetivo de fugir do lugar comum e trazer para a matéria uma visão diferente, ao abordar uma perspectiva que não se prende às dos alunos e professores e, ao mesmo tempo, privilegiar questões latentes também à uma parcela importante da comunidade acadêmica.

1. Dados básicos (nome - oficial e/ou como cada um prefere ser identificado-, idade, curso/período);
2. Como você se enxerga na sociedade? Você tem consciência da sua cor e/ou da sua sexualidade?
3. Você já sofreu algum tipo de preconceito por conta da sua cor e/ou sexualidade?
4. Você já sofreu algum tipo de violência, física ou não, por conta da sua cor e/ou sexualidade?
5. Como e quando você se deu o processo de auto aceitação por conta da sua raça e/ou sexualidade?
6. Como é a sua relação com sua família e amigos?
7. Como era sua relação com as outras pessoas na época de escola?
8. Como é essa relação com os amigos de trabalho?
9. Você se sente menos valorizado no trabalho por conta da sua raça e/ou sexualidade?
10. Você já sofreu algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho?
11. No ambiente de trabalho, você se sente à vontade para falar abertamente sobre essas questões?
12. Como você se enxerga dentro da sua profissão? Existem outras pessoas com as quais você se identifica racial e/ou sexualmente?
13. Você já sofreu algum tipo de preconceito e/ou violências dentro da UFJF por conta da sua raça e/ou sexualidade?
14. Se sim, recebeu algum apoio de órgãos da instituição? Os responsáveis foram punidos?
15. Você conhece alguma política pública da instituição que atue na defesa dos seus direitos? Você se sente protegido dentro e/ou pela UFJF?
16. Na sua opinião, o que as pessoas pensam sobre você? Essa visão te incomoda?
17. Você se sente representado quando vê uma novela, série, filme ou programa de TV? Por quê?
18. Você se sente representado dentro da UFJF? (Por professores, técnicos ou funcionários em órgão administrativos da instituição)
19. Tomando como base essas experiências, de que maneira esse cenário poderia ser melhor?

APÊNDICE E – Cópia da Reportagem



O ESPAÇO DE GAYS NEGROS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

De que maneiras é possível combater os preconceitos dentro das instituições públicas? Como seria possível tornar a Universidade um lugar para todas as pessoas, de todas as raças, gêneros, sexualidades e poder aquisitivo? A manutenção de políticas, como o sistema de cotas sócio-raciais para o ingresso no ensino superior público, é uma alternativa para que mais pessoas em situações de risco possam conquistar seus direitos. No entanto, os números são tímidos diante de uma realidade de segregação enraizada e representam ainda mais incertezas diante da mudança no cenário político que coloca em risco os avanços conquistados na última década e meia.

Na era da informação via whatsapp, Lâmpião entrou em um grupo fictício para registrar a (r)existência de gays negros dentro [e fora] das universidades.

As fontes e seus dados são reais. Os memes também.

Lâmpião

Desde seu descobrimento, historicamente o Brasil convive com a perseguição a grupos socialmente vulneráveis. De 1500 aos dias de hoje, dos colonizadores aos governos atuais, é notório o abismo entre as populações.

Lâmpião

Negros e LGBT, por exemplo, representam uma parcela significativa da população. No entanto, estão às margens dos direitos e mais vulneráveis às violências do que outros indivíduos.

Ipea

A população negra é a principal vítima de mortes violentas no Brasil. A cada 100 homicídios registrados no país, 71 são de pessoas negras.

https://www.vice.com/pt_br/article/3kzbbb/100-mortos-no-brasil-71-sao-negros

El País

≡ EL PAIS

PONTE

PONTE >

PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas

Rodrigo Alexandre da Silva Serrano esperava a família chegar quando levou três tiros



CAROLINA MOURA (PONTE)
Rio de Janeiro · 29/07/2018 · 14:58 (GMT)



Destinations Only for
the Most Adventurous
Travelers

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

Pragmatismo Político

[Direito Militar](#) [Polícia](#) [Polícia Militar](#) [Estudante](#) [Direito Civil](#) [Direito Penal](#)

PM justifica assassinato de estudante negro pelas costas: "escorreguei"

PM culpa escorregão por disparo nas costas que matou estudante negro em São Paulo. Jovem de 17 anos foi alvejado por um tiro de pistola .40. Imagens de câmera de segurança flagraram o momento do assassinato. "Ele veio para matar meu filho, não tenho dúvida", desabafa mãe do garoto

20 3 COMENTAR | 26

COMPARTILHAR



Publicado por Pragmatismo Político

há 3 anos 2.276 visualizações



<https://pragmatismo.jusbrasil.com.br/noticias/301278563/pm-justifica-assassinato-de-estudante-negro-pelas-costas-escorreguei>

Grupo Gay da Bahia

O Brasil é campeão mundial de mortes por LGBTfobia.

A cada 19 horas um LGBT é vítima fatal de crimes de ódio no país.

<https://homofobiamata.wordpress.com/>

Grupo Gay da Bahia



Agência Brasil



<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>

Lampião

O preconceito é algo naturalizado na nossa sociedade e isso se reflete quando analisamos as relações dentro dos espaços de aprendizagem. **Emoji maosinha pra baixo**

ENTRA VÍDEO

PEDRO 1

PEDRO 2

Inep

80% da comunidade escolar gostaria de manter algum nível de distanciamento social de homossexuais e negros, além de indivíduos com outras diferenças, como deficientes físicos ou mentais.

<https://www.fea.usp.br/fea/noticias/painel-pesquisa-mostra-que-preconceito-na-escola-existe-e-prejudica-rendimento>

Unesco

O bullying contra estudantes nas escolas e universidades contribui para o aumento da evasão escolar. As agressões influenciam diretamente no desempenho dos alunos.

<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/bullying-homofobico-colabora-com-evasao-escolar-diz-unesco,17b942ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

IBGE

A taxa de analfabetismo entre os negros é mais que o dobro em relação aos indivíduos com 15 anos ou mais autodeclarados brancos.

O Globo

Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE

Número corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais

Paula Ferreira
21/12/2017 - 10:00 / 03/10/2018 - 16:40

Prod: Imagens de estudantes em sala de aula. Foto: Shutterstock

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>

ABGLT

73% dos jovens LGBT já sofreram agressões, verbais ou físicas, nas escolas.

<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/mundo/2016/11/21/NWS,7221,70,451,NOTICIAS,2190-73-DOS-JOVENS-LGBT-DIZEM-TER-SIDO-AGREDIDOS-ESCOLA.aspx>

Senado Notícias

SENADO FEDERAL

Fale com o Senado

senadonoticias

Todas Política Economia Social Administração Tecnologia Justiça Infraestr

Jovem Senador 2018 | 30 anos da Constituição | Infomatérias | Eleições 2018 | Jorn

Home > Matérias > Comissões

Pesquisa revela que adolescentes LGBT sofrem 'bullying' e se sentem inseguros

Da Redação | 22/11/2016, 19h49 - ATUALIZADO EM 23/11/2016, 09h01

Social

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/pesquisa-revela-que-adolescentes-lgbt-sofrem-bullying-e-se-sentem-inseguros>

OAB

Entre a população trans, o que envolve transexuais e travestis, a taxa de evasão no ensino fundamental chega a 80%. **Emoji de surpresa e triste**

<http://flacso.org.br/?p=15833>

ENTRA VIDEOS

LEO 1

LEO 2

LEO 3

LEO 4

LEO 5

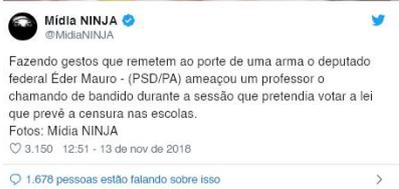
Lampião

Para combater esses preconceitos seria fundamental inserir no ambiente escolar discussões que envolvam racismo, homofobia e outras violências.

Lampião

Mas, com a ascensão do conservadorismo no país, confirmado pelas mudanças no cenário político atual, essa não é uma perspectiva tão próxima. **Emoji dedinho pra baixo.**

Mídia Ninja



<https://twitter.com/MidiaNINJA/status/1062357376798482432>

Minion

VÍDEO BOLSONARO ESCOLA SEM PARTIDO

Minion 2

Olha que absurdo!

Querem ensinar nossas crianças a serem gays.



<https://brasil.elpais.com/especiais/2018/eleicoes-brasil/conversacoes-whatsapp/>

VIDEO BOLSONARO NEGROS

Lampião

EMOJI VERGONHA ALHEIA

ENTRA VÍDEOS

DIEGO 1

DIEGO 2

DIEGO 3

JUBER 1

JUBER 2

PEDRO 9

ÁUDIO SAULO 2

ÁUDIO SAULO 3

Lampião

Carregar essas duas identidades sociais, negra e LGBT, faz com que esses indivíduos estejam mais expostos às violações. E isso vai além dos números de violência.

Lampião

Se reflete também quando analisamos a presença desses públicos na mídia tradicional, no mercado de trabalho e nos cargos do setor público, bem como nas instâncias de poder.

Lampião

Esse cenário se repete na sub-representação de gays [e] negros no ensino superior. E esse problema está longe de terminar.

Lampião

Num país onde 51% da população adulta de 25 anos ou mais têm apenas o ensino fundamental completo, o acesso ao ensino superior é, a grosso modo, um ‘privilégio’ para poucos.

Lampião

A ampliação de vagas nas universidades proporcionada na última década e meia com a expansão das instituições de ensino e criação de programas como o Prouni e o Fies, não foi capaz de democratizar o acesso das populações em toda sua diversidade.

Presidência da República

A Lei 13.409/16 reserva, no mínimo, 25% das vagas ofertadas nas universidades para negros e indígenas que cursaram o ensino médio em escola pública.

Lampião

Dos 25% reservados para o ingresso de negros e indígenas, metade são dedicados exclusivamente para os candidatos que têm renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

ENTRA VÍDEOS

DIEGO 7

IBGE

Em 2004, apenas 33% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam na faculdade. Em 2014, esse número saltou para 58,5%.

<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2015/12/numero-de-estudantes-universitarios-cresce-25-em-10-anos>

Lampião

Embora tenha tido um crescimento relativo de quase 30% em 10 anos, esse aumento não refletiu a proporção da parcela de negros que integram a população brasileira.

IBGE

54,9% da população brasileira é formada por negros.

Lampião

O crescimento do número de negros que frequentavam o ensino superior não se deu na mesma medida em que cresceu a presença de brancos nas faculdades.

IBGE

Em 2004, 16,7% de pretos e pardos estavam nas universidades. Em 2014 esse percentual chegou a 45,5%, quando 71,4% dos brancos estavam na mesma situação.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/ensino-superior-avanca-25-pontos-percentuais-entre-jovens-estudantes-em-10>

IBGE

Em 2004, 47,2% dos brancos estavam cursando alguma graduação.

Lampião

A presença de negros só pode ser compreendida por meio da autodeclaração, requisito essencial para o ingresso através do sistema de cotas, presente na maioria das universidades públicas brasileiras.

Lampião

Por si só, esse número não reflete a realidade das instituições uma vez que ele é subnotificado. Ou seja, nem todos os negros que ingressam no ensino superior se declaram como pretos ou pardos.

Lampião

Ou por não se identificarem como parte dessa comunidade, ou por não se sentirem contemplados pelos dispositivos adotados para os grupos de cotas.

Lampião

Quando desviamos o olhar da questão racial para a questão gay, entramos numa “sinuca de bico”.

Lampião

A estigmatização social tem relação direta com as chances desses jovens ingressarem no ensino superior.

Lampião

O abandono familiar é uma variável a mais que faz com que essa conta não feche.

Emoji mãosinha pra baixo**ONG**

63% dos LGBT dizem que são rejeitados pelas famílias quando revelam a orientação sexual.

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/183771/LGBT-63-dos-jovens-s%C3%A3o-rejeitados-pela-fam%C3%ADlia-ao-assumir-orienta%C3%A7%C3%A3o-sexual.htm>

Lampião

O preconceito familiar e as agressões na escola colocam LGBT em uma situação de vulnerabilidade social.

Lampião

E isso se repete no apagamento desse público no ensino superior.

Lampião

Mesmo compreendendo cerca 10% da população brasileira, não existe nenhum dado consolidado no país sobre o acesso de LGBT às universidades.

Emoji de raiva**Lampião**

A subnotificação da presença de negros, bem como a ausência de dados sobre LGBT, contribui para a invisibilização dessas comunidades no ensino superior.

Lampião

Essa lacuna está presente em grande parte das universidades brasileiras e são impeditivos práticos para a criação e manutenção de políticas públicas eficientes nas instituições.

ENTRA VÍDEOS

DIEGO 4

Lampião

Em âmbito local, e diante de um cenário social conturbado, a Universidade Federal de Juiz de Fora tem buscado realizar ações no combate ao preconceito e ao acolhimento das diversidades dentro da instituição.

UFJF

Fomos a primeira universidade mineira a adotar o sistema de reserva de vagas para o acesso através de cotas, em 2004.

UFJF

Nos últimos anos realizamos campanhas de conscientização que envolvem essas comunidades. **Emoji maozinha pra baixo e de blz**

UFJF

ENTRA CAMPANHAS

AFETO: <https://www.youtube.com/watch?v=q6MK8W2p3i0>

NEGROS: <https://www2.ufjf.br/noticias/2016/02/04/campanha-da-ufjf-viraliza-nas-redes-sociais/>

NEGROS 2018

ENTRA ÁUDIO

SAULO 1

Lampião

Defender a inclusão e o respeito à diversidade fez com que a UFJF fosse alvo de *haters* na internet, em 2017.

Bolsonaro**VIDEO BOLSONARO UFJF****Lampião**

Os fascistas saíram do armário!

Mesmo realizando ações desse tipo há mais de quatro anos, a instituição foi uma das várias universidades que registraram ataques preconceituosos no período eleitoral.

G1



<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/10/17/ameacas-a-gays-e-imagem-de-suastica-sao-pichadas-na-ufjf.ghtml>

Tribuna



<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/29-10-2018/ameaca-feita-por-aluno-via-whatsapp-leva-policia-a-ufjf.html>

Lampião

Embora se coloque como uma instituição inclusiva e que rebate qualquer tipo de preconceito, as medidas da UFJF ainda estão muito centradas em campanhas de conscientização.

Lampião

Em mais de 57 anos de história, e em mais de 14 anos de políticas de ações afirmativas, a UFJF não possui dados precisos em relação aos seus estudantes mais vulneráveis, negros e LGBT.

ENTRA VÍDEO

JUBER 3

JUBER 4

PEDRO 10

PEDRO 4

PEDRO 5

O Lacre

Ao negar nossa existência, oficialmente não existimos.



https://issuu.com/bafrorevista/docs/revista_final_def

ENTRA VÍDEO MAURO

ENTRA VÍDEO

DIEGO 5

DIEGO 6

DIEGO 8

Lampião

A instituição possui apenas 2% de negros no seu quadro de professores.

UFJF

Num universo de 1 mil professores, 20 são negros.

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/03/interna_gerais,731244/numero-de-professores-negros-em-universidades-publicas-gera-debate.shtml

Lampião

Emoji mãozinha pra cima

E impõe à comunidade um aprendizado euro-centrado e heteronormativo.

ENTRA VIDEO

LEO 6

LEO 7

Lampião

Numa tentativa de suprir essa ausência de diversidade, os grupos de pesquisa e coletivos organizados por alunos são iniciativas fundamentais na democratização e elucidação do espaço acadêmico.

ENTRA ÁUDIO

DAYVISON 2

DAYVISON 4

ENTRA VÍDEO

JUBER 6

JUBER 7

JUBER 8

Lampião

A instauração da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas da universidade, em 2016, foi um passo importante e mostra que é preciso sair do campo das ideias e partir para o campo das ações.

Lampião

Em 2017, por exemplo, a universidade começou a debater a necessidade de implementação de cotas na pós-graduação, ainda um ambiente essencialmente branco e elitizado.



The screenshot shows a news article header with the UFJF logo and the title "UFJF inicia debate sobre implantação de cotas na pós-graduação". Below the title, it says "25 DE MAIO DE 2017" and "CAMPUS E COMUNIDADE". There is a small image of a conference room with people seated at tables. A caption below the image reads: "Conferência 'Cotas na Pós-Graduação' ocorreu no anfiteatro das pró-reitorias." To the right of the image, the text reads: "A Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (Propp) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com a Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), promoveu, na manhã de hoje, 25, a conferência 'Cotas na Pós-Graduação'. O evento, realizado no Anfiteatro das

<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/05/25/ufjf-inicia-debate-sobre-implantacao-de-cotas-na-pos-graduacao/>

ENTRA VÍDEO 5

JUBER 5

Lampião

A ação mais efetiva, no entanto, ocorreu em 2018, quando a UFJF instaurou o Fórum da Diversidade, com o intuito de construir, democraticamente, as políticas de ações afirmativas da instituição.

Lampião

Essa medida talvez seja a mais importante desde quando implementou o sistema de cotas. Participativamente, isso vai possibilitar com que a instituição possa conhecer melhor seus estudantes, professores, técnicos e terceirizados.

Estudante

Mas por que políticas de apoio e assistência são importantes?

ENTRA ÁUDIO

DAYVISON 3

Lampião

Quando colocamos em questão a presença de duas comunidades socialmente vulneráveis no ensino superior, estamos indagando quais condições elas têm, não só para entrar na universidade,

Lampião

mas sob quais circunstâncias elas conseguem permanecer e, o mais importante, como negros e gays conseguem se formar e ingressar no mercado de trabalho.

ENTRA VÍDEO

JUBER 9

DIEGO 9

DIEGO 10

